



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

EXPRESSÕES DAS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL: UMA ANÁLISE MATERIALISTA E CONSUBSTANCIAL

NATÁLIA VILMA MONTEIRO DE OLIVEIRA¹

THALLYTA BEATRIZ BEZERRA DOS SANTOS NAGEL²

RESUMO:

O presente artigo pretende analisar as expressões das relações de dominação das mulheres no Brasil, a partir de uma análise materialista e consubstancial. A partir de uma pesquisa quanti-qualitativa, com análise bibliográfica, conclui-se sobre a importância de uma resistência feminista situada na perspectiva de consubstancialidade das relações sociais.

Palavras-chave: Patriarcado; Feminismo Materialista; Consubstancialidade; Coextensividade; Conservadorismo.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the expressions of the relations of domination of women in Brazil, from a materialist and consubstantial analysis. Based on quantitative and qualitative research, with bibliographic analysis, it concludes on the importance of feminist resistance from the perspective of the consubstantiality of social relations.

Keywords: Patriarchy; Materialist Feminism; Consubstantiality; Coextensiveness; Conservatism.

INTRODUÇÃO

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte

INTRODUÇÃO

Muitas são as tendências e correntes feministas que lançam luz às expressões dos processos de dominação, exploração e opressão das mulheres no capitalismo. Tendências, estas, que assumem o compromisso histórico de identificar a origem dessas expressões e construir estratégias de confronto e resistência. No entanto, são poucos os movimentos que relacionam teoria e luta política para o enfrentamento radical das estruturas patriarcais e racistas do capitalismo mundial. No Brasil, por exemplo, as mulheres são cada vez mais impactadas pela exploração do trabalho realizado no âmbito da reprodução social, pelos índices alarmantes de violência e violações de direitos e pelas formas ideológicas de discriminação da diversidade humana. Por outro lado, felizmente os movimentos feministas classistas e antirracistas, apoiados em uma análise materialista e consubstancial das relações sociais, também estão crescendo progressivamente no país.

Segundo Falquet (2008), “são sobretudo as interpelações das feministas racializadas e/ou proletárias e/ou lésbicas que devem [...] ser ouvidas e estudadas, se desejamos produzir uma teoria e uma prática úteis à transformação social radical”, ou seja, são as teóricas e as militantes verdadeiramente comprometidas com a luta anticapitalista, cuja abordagem analítica aponta para tal, que estão mais bem instrumentalizadas contra as relações sociais de poder historicamente responsáveis pela dominação das mulheres. Entre as tendências hoje existentes, são o feminismo materialista e o marxista os mais próximos de compreender as relações sob esta perspectiva.

Dito isto, as maiores preocupações da agenda feminista no Brasil atualmente são os reflexos da globalização neoliberal e do aprofundamento da ideologia conservadora na vida das mulheres, que impactam sobretudo as trabalhadoras, negras e lésbicas. O neoliberalismo, enquanto programática burguesa de resposta às crises cíclicas que caracterizam a sociabilidade capitalista (Behring, 2018), desde à década de 1970 tende a abandonar uma grande parte dos serviços estatais, principalmente do trabalho de reprodução social (Falquet, 2008), impactando diretamente no aumento da exploração das mulheres no ambiente doméstico e da precarização do trabalho realizado fora de casa. Na mesma medida, o conservadorismo, enquanto expressão ideológica da classe dominante, opera com vistas a unificar pautas de direita e extrema-direita para destituir direitos historicamente conquistados enquanto naturaliza a subordinação das mulheres aos homens e às tarefas domésticas.

Não coincidentemente, são esses os processos que vêm ocorrendo no Brasil na última década, amplamente fortalecidos pela gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(2019-2022). Com este artigo, objetiva-se analisar como esses processos expressam materialmente a dominação, exploração e opressão histórica das mulheres, a partir de uma análise materialista e consubstancial das relações sociais. Isso significa que sob o método materialista histórico-dialético, apoiado pelos avanços teóricos de feministas materialistas, deseja-se compreender que os fenômenos sociais de classe, gênero e “raça” formam um nó, se reproduzem e se co-produzem mutuamente (Kergoat, 2010). Para tal, busca-se realizar uma revisão bibliográfica de autoras como Kergoat (2010), Falquet (2008), Guillaumin (2014), Ferreira (2020), entre outras, para a análise crítica de dados referentes às expressões da dominação das mulheres no Brasil no quadriênio da gestão bolsonarista, entre 2019 e 2022, por ter sido este um período particular de intensificação da precarização da vida das mulheres, inclusive também por causa do avanço das ofensivas neoliberais e conservadoras.

Nesse sentido, este trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiro, busca-se analisar dados relativos às expressões da dominação das mulheres no Brasil em torno da exploração do trabalho doméstico e dos indicadores de violência doméstica entre 2019 e 2022, a partir da leitura de autoras materialistas; e, no segundo tópico, busca-se fundamentar a perspectiva materialista de consubstancialidade das relações sociais de sexo, “raça” e classe, que permite uma análise radical e ampliada da dominação das mulheres. A materialização deste trabalho, por fim, significa a divulgação de pesquisas decorrentes do mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que vem permitindo o enfrentamento teórico-político das expressões dessa dominação.

EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DA DOMINAÇÃO PATRIARCAL NO BRASIL

Desde a publicação de *As origens da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels, muitos esforços feministas no século XX se apresentaram no sentido de buscar as origens da dominação patriarcal e o papel da sociabilidade capitalista em fortalecê-la. Diferentemente do que preconiza Engels (1986), a ausência de comprovação histórica sobre a existência de um matriarcado anterior às relações patriarcais, que teriam surgido com o estabelecimento da propriedade privada, marcou um novo momento para a teoria feminista: o patriarcado é, na verdade, anterior à ordem capitalista e a superação da sociedade de classes não garante o fim da dominação das mulheres pelos homens. Yaman (2020) afirma que a compreensão do autor em torno da “derrota histórica mundial das mulheres” como consequência máxima do patriarcado tanto sugere que as mulheres não eram oprimidas antes do capitalismo,

como também as retrata como vítimas passivas, em vez de sujeitos persistentes e que fazem história (Yaman, 2020).

A luta coletiva das mulheres no decorrer do século XX, conhecida como “Segunda Onda” do movimento feminista, demonstrou que as mulheres constroem sua própria história mesmo no contexto desfavorável de fortalecimento da dominação patriarcal na ordem capitalista. Sobretudo a partir da década de 1970 na França e nos EUA, a concepção materialista da tradição marxista influenciou a teoria feminista, que passou a buscar nas relações materiais de produção e reprodução da vida as explicações para a dominação das mulheres. O que significou uma importante rejeição à perspectiva dominante de que a origem da subordinação das mulheres estaria nelas mesmas, por serem indivíduos naturais, biologicamente inferiores e intelectualmente incapazes de exercer atividades da vida pública (diferentemente dos homens, que ainda hoje são considerados como o “sexo racional” ou o “sexo de referência”).

A partir de então, termos como “divisão sexual do trabalho”, “relações sociais de sexo”, “classes sexuais”, “sistema político da heterossexualidade”, entre outros, foram somados ao leque de teorizações feministas que não mais buscavam na biologia ou na natureza o sentido da subordinação das mulheres. Todo esse movimento, calcado pela famosa expressão “o pessoal é político”, também passou a ocorrer no Brasil, que vivia as barbáries da ditadura civil-militar e a resistência do movimento feminista ao largo dos anos 1970 e 1980. Entendido, pelas brasileiras, como um “novo” movimento feminista, as lutas travadas na Europa e nos EUA chegaram no Brasil para colaborar com os questionamentos em torno dos papéis tradicionais das mulheres na família e na sociedade, e com a necessidade de criar organizações feministas autônomas (Costa; Sardenberg, 2008). No entanto, cumpre lembrar que:

[...] malgrado os avanços do movimento de mulheres no Brasil, a situação da mulher brasileira – inclusive no que se refere ao seu nível de conscientização e desenvolvimento social – ainda permanece muito aquém das expectativas, sobretudo, quando se considera aquelas situadas nas camadas populares. Na realidade, só uma pequena minoria, pertencendo em geral às classes mais favorecidas, é que tem se beneficiado dos novos espaços e direitos conquistados. A maior parte das mulheres não desfruta desses avanços, nem deles sequer tem conhecimento ou consciência do seu significado. Vive à margem do processo de mudança social – uma situação que, certamente, não é específica às mulheres, mas, sem dúvida, mais grave no seu caso, devido à exploração e opressão de gênero, além da de classe (Costa; Sardenberg, 2008, p. 44).

E é sobre isso que este artigo se dedicará a falar nesse momento, pois mesmo após quase quarenta anos do fim da ditadura civil-militar e após cinco décadas de avanço do pensamento e da luta feminista pela emancipação das mulheres diante das amarras do patriarcado e da ordem



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capitalista, as mulheres permanecem em constante processo de dominação, exploração e opressão no Brasil. Não coincidentemente, a ofensiva neoliberal - que cresceu no país na década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) - e a ideologia conservadora provocam implicações de ordens econômicas, políticas, sociais e ideológicas às mulheres até os dias atuais. Exemplo disso é a constante precarização do trabalho realizado gratuitamente pelas mulheres na esfera reprodutiva, reflexo tanto da necessidade burguesa em manter as mulheres exercendo trabalhos que deveriam ser responsabilidade estatal, quanto da insistência conservadora em manter as mulheres subordinadas ao marido e à família heterossexual.

É certo que a materialização das relações patriarcais visualizada atualmente no Brasil tem um percurso longo e que se aprofunda sobretudo a partir das ofensivas neoliberais e conservadoras tensionadas inclusive nos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016)³. Entretanto, é com a ascensão do caráter reacionário da burguesia brasileira (Braz, 2017) que grupos conservadores e fundamentalistas religiosos se somam às iniciativas da globalização neoliberal de corte de gastos e promovem o aprofundamento sistemático da dominação das mulheres. Para ilustrar algumas das expressões dessa dominação, a “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua” - PNAD Contínua, referente ao tema “Outras formas de trabalho”, revela que em 2022 os afazeres domésticos (trabalho doméstico não-remunerado) era realizado por um quantitativo de 91,3% das mulheres, em comparação a 79,2% dos homens (PNAD, 2022); e que o trabalho de cuidados era realizado por 34,9% das mulheres, enquanto 23,3% dos homens exerceram esse tipo de atividade.

Outro dado importante é que a atividade doméstica com maior taxa de participação das mulheres (95,7%) foi a de preparar e servir alimentos, enquanto a com maior índice de participação dos homens (73,5%) foi a de fazer compras para o domicílio (PNAD, 2022). Em comparação aos dados de 2019, 92,1% das mulheres realizaram atividades domésticas neste ano, contra uma taxa de 78,6% dos homens; 36,8% das mulheres exerceram atividades de cuidado (contra 25,8% dos homens); e que a atividade com maior participação das mulheres

³ Como este trabalho não objetiva realizar uma análise extenuante do aprofundamento dessas relações no decorrer da história brasileira, mas apenas do cenário dos quatro anos de governo Bolsonaro, para melhor apreensão dos contextos neoliberais e conservadores anteriores ver textos de Marcelo Braz (2017), Ana Elizabete Mota (2019), Bruna Irineu (2021) etc.

(95,5%) já era a de preparar alimentos, da mesma forma que os homens (73,5%) já tinham maior participação nas compras de casa (PNAD, 2019)⁴.

Esses dados demonstram algumas questões importantes: primeiro, que mesmo com a viabilização (precária) de políticas públicas destinadas às atividades do âmbito do cuidado, como hospitais, creches e casas de repouso, as mulheres permanecem sendo as maiores responsáveis por esse tipo de atividade dentro de casa, que é invisível e expressa a constante exploração e precarização do trabalho reprodutivo, considerado como naturalmente feminino. Segundo, que as atividades que exigem maior tempo de dedicação para serem concluídas, como cozinhar e preparar alimentos, são realizadas preferencialmente por mulheres, enquanto os homens se propõem a exercer atividades mais pontuais, como fazer compras fora de casa. Terceiro, que mesmo existindo uma mínima redução nos índices de 2022 em relação aos de 2019, os dados revelam uma realidade histórica de dominação, exploração e opressão, atualmente mediada pelas ofensivas neoliberais e conservadoras. Segundo Ferreira (2020, p. 25):

São mulheres dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora aquelas que carregam o ônus da precariedade dos serviços públicos no Estado neoliberal e mobilizam mecanismos formais e informais de enfrentamento da desigualdade que estão na base das expressões da questão social. Essa imagem, que poderia ser tomada pelo pensamento conservador como expressão de uma “natureza” feminina orientada para o cuidado, evoca um dado material concreto. O tempo, energia e saberes de um determinado grupo social – as mulheres – de uma determinada classe social – a classe trabalhadora – e de grupos racializados, ancora as expressões mais dramáticas da exploração e do desapossamento produzidos pelo capitalismo hoje.

Ou seja, Ferreira (2020) demonstra como essa realidade de dominação exige uma análise preocupada em demonstrar que além de serem as mulheres as mais precarizadas, são as mulheres negras e da classe trabalhadora que sustentam o trabalho reprodutivo: “a face feminina e negra da informalidade no Brasil” (Ferreira, 2020, p. 94). E, não coincidentemente, 92,7% das mulheres que exerceram atividades domésticas em 2022 (e 94,1% em 2019) são pretas (PNAD, 2019; 2022). Ocorre que, como Falquet (2008) explicita, o neoliberalismo passa a conduzir hoje uma reorganização do trabalho que consiste em não mais assegurar uma grande parte dos serviços, sobretudo no âmbito reprodutivo, fazendo com que o trabalho público seja realocado para as famílias, sobrecarregando e precarizando as mulheres, face ao fato de que os homens frequentemente se autodispensam de realizar atividades domésticas e de cuidado. Somado a

⁴ Por causa da pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, a pesquisa da PNAD não pôde ser realizada, o que explica a análise apenas dos dados referentes a 2019 e 2022 (PNAD, 2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

isso, as relações sociais de “raça” e classe são prontamente mobilizadas, resgatando o racismo e os conflitos de classe próprios de um país de capitalismo dependente como o Brasil.

Outra expressão da dominação das mulheres no Brasil, certamente, é a violência: com a ascensão reacionária no país, situações de violência e violações de direitos das mulheres cresceram exponencialmente, reveladas através de alguns dados importantes: em 2022, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, todos os indicadores de violência doméstica (agressões e ameaças) cresceram (um total de 2,9% e 7,2%, respectivamente) em comparação a 2021, quando 230.861 mulheres foram agredidas e 597.623 ameaçadas dentro de casa. Em 2020 e 2019, ano em que Jair Bolsonaro assume a presidência, os dados já eram alarmantes: foram registradas 230.160 vítimas de violência doméstica em 2020, enquanto 267.230 mulheres foram violentadas em 2019.

Muitas são as pesquisas que relacionam a intensificação da violência contra as mulheres com a radicalização de pautas de extrema-direita do governo federal, o que é um fato. Essas pautas, como o incentivo ao porte de armas, os debates contra a legalização do aborto e o estímulo à violência contra as mulheres e pessoas LGBTQI+, demonstram o quanto que as relações sociais de sexo foram (e continuam sendo) mobilizadas para o aprofundamento da dominação das mulheres, que muito interessa às ofensivas neoliberais e conservadoras. Primeiro, porque como já foi demonstrado, é produtora à sociabilidade capitalista neoliberal que as mulheres permaneçam sendo exploradas para que o Estado se exima da oferta de serviços públicos; segundo, porque onde o eleitorado é mais conservador, a adoção de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres tende a ser menor⁵, demonstrando o poder da ideologia conservadora em mediar as relações de dominação patriarcal no Brasil.

Em se tratando das relações patriarcais de gênero inseridas no conjunto das relações sociais capitalistas no Brasil, consideramos que a sociabilidade burguesa dominante as incorpora no seu arcabouço ideológico à medida que resiste às transformações nas relações sociais cotidianas entre homens e mulheres; assim, busca conservar um lugar social para estas, que se mantêm em desigualdade perante os homens (Oliveira, 2018, p. 853).

Na medida em que o conservadorismo é incorporado no arcabouço ideológico da classe dominante brasileira, o regime político da heterossexualidade, nos termos de Wittig (2022), é também mobilizado para que as mulheres permaneçam sob o estatuto de dominadas. Entendido

⁵ Ver em: SCHREIBER, Marina. Municípios com eleitor mais conservador têm menos políticas para proteger mulheres da violência, mostra estudo. BBC News Brasília. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56309950>. Acesso em: 23/07/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

não como uma simples prática sexual, mas como uma instituição ou sistema que opera de forma compulsória a opressão das mulheres, Wittig (2022) afirma que o fundamento de qualquer sociedade é a heterossexualidade. O que significa que no interior de todo pensamento dominante que produz e reproduz a abordagem essencialista de subordinação natural das mulheres, existe a perspectiva de que todas elas sejam ou devam ser heterossexuais. Para as mulheres, a heterossexualidade nada mais significa do que uma entre todas as outras imposições exercidas pelo patriarcado e pelo conservadorismo na sociedade de classes.

Nesse sentido, os números e apontamentos anteriores revelam o que já é amplamente discutido pelo movimento feminista materialista: existe tanto um dado material quanto ideológico responsáveis pela dominação das mulheres (Guillaumin, 2014); as relações entre homens e mulheres precisam ser enfrentadas em termos de classe, pois exprimem um sentido antagônico e dialético de conflito de interesses, tal qual qualquer relação social instaurada em torno de uma disputa (Kergoat, 2010); e que somente com a radicalização da teoria e da prática feminista é possível indicar formas mais efetivas de resistência. Pensando nisso, será discutido no próximo tópico como a concepção da consubstancialidade das relações sociais é uma chave analítica determinante para esse processo de radicalização, fundamental para o enfrentamento às expressões da dominação patriarcal no Brasil.

A CONCEPÇÃO DA CONSUBSTANCIALIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Em uma leitura histórica, é fato que os esforços dos estudos feministas em prol do desvelamento e caracterização das sistemáticas sociais que subordinam, dominam e exploram as mulheres se intensificaram em meados da década de 1970. A partir do resgate das origens da nomenclatura que significa precisamente “a autoridade do pai”, Delphy (2009) especifica as raízes do termo “patriarcado” como a combinação entre as palavras de origem grega *pater* (pai) e *arke* (origem e comando). Na busca por categorias teóricas capazes de desmistificar a construção sócio-histórica, política, econômica e cultural fundamentada nas desigualdades entre os sexos, a acepção feminista à época já reconhecia o patriarcado como uma palavra que “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens” (Delphy, 2009, p. 173).

Tal acepção foi de suma importância para a consolidação do patriarcado enquanto um termo que se refere a uma construção social que privilegia os homens em face da subordinação das mulheres ou ainda de outros sujeitos que apresentem características socialmente



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

consideradas femininas, como pessoas LGBTQI+⁶, especialmente travestis e transexuais. Logo, a dominação não se restringe à forma biológica das mulheres, mas se estende à construção social do feminino historicamente associada ao frágil, desvalorizado, subserviente em contraponto à construção social do masculino, que se associa historicamente à força, poder, virilidade e dominação (Cisne; Santos, 2018). Assim, o avanço das análises feministas, sobretudo materialistas, tornou possível o desvelamento do patriarcado não somente como uma formação social onde prevalece o poder dos homens⁷, mas como uma sistemática inserida nas relações sociais que possui uma base material sócio-histórica fundamentada nas desigualdades entre os sexos.

Essa base material estabelecida nas relações sociais, isto é, nas relações antagônicas que envolvem a disputa de interesses de classes opostas mediante a totalidade da vida social, já recebia fundamentos teórico-metodológicos ainda nos últimos anos da década de 1970. Entre outras pesquisadoras, a socióloga Guillaumin (1978) chamou atenção para a condição de apropriação das mulheres, que têm toda a sua unidade material (corpo, mente e alma) apropriado pela classe dos homens. Segundo a autora, que denominou essa apropriação de relações de sexagem⁸, o domínio dos homens sobre as mulheres se materializa por meio da: (I) apropriação do tempo, na qual não há limitação temporal do trabalho de reprodução social realizado por mulheres no interior das residências, as colocando compulsoriamente à disposição em jornadas extensivas de trabalho; da (II) apropriação dos produtos do corpo, na qual “o corpo individual material das mulheres pertence, tanto no que ele fabrica (os filhos) quanto nas suas partes destacáveis (os cabelos, o leite...) [...]” (Guillaumin, 2014, p. 37); da (III) obrigação sexual, isto é, do uso físico sexual que se dá através do casamento (onde o uso é ilimitado) e/ou da prostituição (onde o uso é mensurado e remunerado, embora prevaleça a prática de violências); e do (IV) encargo físico dos membros inválidos (idosos, bebês, crianças etc.) que reduz as mulheres ao

⁶ Referente a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexo e (+) demais possibilidades de diversidade sexual e de gênero.

⁷ Isso aqui é importante, pois algumas discussões atuais sugerem substituir o conceito de patriarcado por dominação masculina, uma vez que a noção original e histórica de patriarcado como um sistema absolutista de “autoridade do pai” não faria mais sentido nas formas contemporâneas de dominação das mulheres (Miguel, 2014). Supostamente teria permanecido apenas uma dominação dos homens sobre as mulheres marcada por uma maior vulnerabilidade e ausência de oportunidades destas últimas (Miguel, 2014). Entretanto, uma análise materialista tende a defender a utilização do conceito de patriarcado por considerar o entrecruzamento entre exploração, dominação e opressão (Kergoat, 2010).

⁸ A cargo de conceituação, “sexagem” deriva de *sexage*, uma junção entre as palavras francesas *servage* (servidão) e *esclavage* (escravidão), que expressa a analogia que Guillaumin (2014) propõe entre a dominação sofrida pelas mulheres e a que caracterizou a servidão e a escravidão anteriores ao século XVIII na Europa.

estado de “ferramenta cuja instrumentalidade se aplica, sobretudo e fundamentalmente, a outros humanos.” (Guillaumin, 2014, p. 43).

Ainda que essas relações de apropriação das mulheres sejam precedentes ao advento do capitalismo, é fato que o surgimento da exploração capitalista reconfigura as relações sociais que passam a atender aos interesses do capital, reestruturando a dinâmica entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, reestruturando, por conseguinte, os moldes e os meios da dominação patriarcal. Nesse sentido, as vertentes feministas materialistas compreendem a divisão sexual do trabalho enquanto elemento central para o desenvolvimento do sistema capitalista. A partir do processo coletivo de tomada de consciência acerca das desigualdades que marcam as relações entre homens e mulheres na esfera do trabalho doméstico, desenvolveram-se as teorias feministas que encontraram no termo “divisão sexual do trabalho” a ferramenta teórico-metodológica fundamental para a evolução das elaborações teóricas em torno das relações sociais de sexo.

Segundo Kergoat (2009, p.67) “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo”. A fundamentação dessa relação social se dá historicamente através da associação da concepção de feminino ao espaço privado e à reprodução, por um lado e, por outro, da associação da concepção de masculino ao espaço público e ao que se refere à produção. Não obstante, essa separação recebe um caráter hierárquico, que naturaliza a subordinação das mulheres ao passo que legitima a dominação masculina nas relações sociais. Deste modo, a autora entende a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo como indissociáveis, e como relações que foram configuradas pelo sistema patriarcal para a garantia da manutenção da dominação de um grupo (dos homens) sobre o outro (das mulheres). Ademais, as entende como relações antagônicas entre os sexos que, juntamente com as relações de raça e classe, dão sustentação à sistemática de exploração capitalista. Mas antes de aprofundar sobre essa última perspectiva teórica de Kergoat (2009), é pertinente esclarecer o motivo da escolha pelo uso do termo “relações sociais de sexo” em detrimento de “relações de gênero”.

A categoria “gênero” surge no seio dos estudos feministas em um movimento de fortalecimento das teorias que vão de contraponto à naturalização das desigualdades entre homens e mulheres baseada nas diferenças biológicas. O gênero se constitui, portanto, em uma categoria teórica aproximadamente entre as décadas de 1970 e 1980, e compreende as classificações de masculino e feminino como construídas não biologicamente, mas social e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

historicamente. O ensaio da antropóloga americana Gayle Rubin “O tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo”, de 1975, marcou a constituição do gênero enquanto categoria, uma vez que a autora “estabelece uma dicotomia na relação entre sexo/gênero. Gênero é concebido como o que é determinado socialmente e o sexo seria o que é considerado biológico ou fisiológico, ou seja, natural” (Cisne; Santos, 2018, p. 47).

Embora o conceito de “gênero” tenha sido importante para a ampliação das discussões em torno da desnaturalização das desigualdades entre homens e mulheres, as teóricas feministas materialistas francófonas apresentam suas críticas à categoria, direcionando a análise dessas relações através da categoria “relações sociais de sexo” ou *rappports sociaux de sexe* (no caso francês). Vale ressaltar que existe uma diferença importante na língua francesa entre o termo *rappports*, que se refere a relações sociais amplas, estruturais, e o termo *relations*, que designa relações no nível interpessoal, íntimo e individual. As francófonas utilizam justamente o primeiro por se tratar de uma dimensão estrutural que não necessariamente é modificada por ações individuais. Ademais, esta categoria se fundamenta na concepção marxista de centralidade do trabalho na constituição das relações sociais, de modo que possui como elemento fulcral a divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, Kergoat (2010) enfatiza a importância de compreender a noção materialista de relações sociais para a verdadeira apreensão do conceito de *rappports sociaux de sexe*, tendo em vista que relações sociais portam relações de antagonismo e de disputa entre classes sociais distintas.

A antropóloga francesa Nicole-Claude Mathieu foi uma das pioneiras no debate, defendendo a construção social tanto do sexo quanto da sexualidade por meio de uma necessária “politização da anatomia” que demanda, sobretudo, uma “consciência de classe de sexo”, diante de uma sociabilidade que se utiliza da ideologia do sexo biológico para a construção de uma hierarquia de gênero que subordina as mulheres, isto é, para a manipulação da realidade biológica para fins de diferenciação social. A crítica francófona ao gênero se situa em aspectos como a biologização do sexo que reforça uma perspectiva dualista/dicotômica da relação sexo/gênero, como natureza/cultura, uma vez que tal dicotomia não corresponde à realidade das relações materiais que construíram as ideias em torno dos sexos ao longo da história.

A construção social do gênero, portanto, não pode se dar em detrimento da historicização do sexo. A crítica à biologização do sexo a que o gênero esteve associado é uma das razões que fazem algumas feministas materialistas preferirem a adoção do termo ‘relações sociais de sexo’ e não gênero, por entenderem que **o sexo também é socialmente determinado** e que reduzi-lo à dimensão biológica reforça o processo de naturalização e

de a-historicidade que a sexualidade tem sido tratada, notadamente, no ambiente teórico, político e conservador (Cisne; Santos, 2018, p. 50, grifos nossos).

Embora a ausência das relações hierárquicas e antagônicas entre os sexos seja um dos aspectos da crítica materialista, a problemática do gênero se expressa também na sua passível neutralidade, uma vez que o termo é escamoteador das relações de desigualdade, opressão e resistência presentes na construção social dos sexos. Ao elaborar acerca das relações entre os sexos de forma dissociada da sistemática de exploração capitalista, a concepção do gênero “é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. [...] apresenta grande grau de extensão, mais baixo nível de compreensão” (Saffioti, 2015, p. 148). Esse fato justifica a ampla difusão do termo e até mesmo a sua apropriação por meio de instituições e organizações liberais, tendo em vista que torna implícitas as relações de dominação, exploração e opressão. Dessa forma, ao diluir as desigualdades entre os sexos e por conseguinte o sujeito mulher, o gênero transita facilmente entre ideologias distintas representando um retrocesso político para a luta feminista.

A utilização do recurso nominativo para processos sociais engendrados em sistemáticas ampliadas de desigualdade é fundamental para a disseminação de ideias contra hegemônicas e emancipatórias, e, portanto, para o fomento da mobilização das lutas por direitos e pela superação das relações de dominação, exploração e opressão. Por essa razão, é fundamental a análise dos termos adotados no desvelamento das relações sociais e seus engendramentos, uma vez que, se por um lado um fenômeno percebido através de uma leitura de totalidade da vida social é capaz de revelar dinâmicas e relações sociais, assim como os caminhos para sua modificação, por outro lado a análise fragmentada e reduzida dos mesmos fenômenos é capaz de levar o feminismo a paradoxos sem resolução. Nesse sentido, reforça-se a necessidade da centralidade do trabalho e das relações sociais fundamentais na construção de uma teoria feminista materialista contributiva para a transformação social na análise das relações sociais de sexo, bem como do seu engendramento com as demais relações sociais de “raça” e classe constituintes da dinâmica da sociabilidade capitalista.

O esforço de síntese da imbricação entre essas relações tem como origem as lutas do feminismo negro norte-americano diante da crítica às concepções feministas conhecidas como “feminismo branco” (frequentemente heterossexual e de classe média), que após cinco décadas de discussão se materializou teoricamente através da perspectiva da interseccionalidade, cunhada pela jurista norte-americana Kimberlé W. Crenshaw em 1989. O propósito desta autora



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

era sobretudo o de conceituar a problemática da associação de múltiplos sistemas de subordinação, na busca pela captura das consequências estruturais e dinâmicas dessa interação (Crenshaw, 2002), de modo que representou um propósito político de combate a essas opressões (Hirata, 2014). Entretanto, “Com a categoria da interseccionalidade, Crenshaw (1994) focaliza sobretudo as intersecções da raça e do gênero, abordando parcial ou periféricamente classe ou sexualidade” (Hirata, 2014, p. 62), através de uma analogia entre o cruzamento dos eixos de subordinação/opressão e o cruzamento de avenidas, que se sobrepõem e se cruzam em diferentes conjugações. Além da perspectiva de Crenshaw (2002), vale ressaltar que a concepção de interseccionalidade possui variadas vertentes interpretativas ao longo da história, a exemplo da compreensão das autoras Ângela Davis e Patrícia Hill Collins.

Embora a interseccionalidade tenha sido de grande importância para a ampliação do debate em torno da associação das opressões sobretudo de sexo e “raça”, as feministas materialistas francófonas recorrem a uma análise distinta para o desvelamento da imbricação dessas relações de sexo, “raça” e classe: a perspectiva de consubstancialidade e coextensividade das relações sociais. Elaborada em meados da década de 1970 pela socióloga francesa Danièle Kergoat, a teoria da consubstancialidade busca dar relevo às relações de poder presentes na divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, gênero e origem (Kergoat, 2010). Segundo a socióloga, para analisar as relações sociais e suas determinações se faz imprescindível a compreensão de que nelas estão necessariamente imbricadas as relações de exploração, dominação e opressão. Desta forma, a autora resgata o termo da teologia para compreender as contradições entre as relações de sexo e classe, posteriormente articulando produção e reprodução social.

Daí surgiu a ‘consubstancialidade’. Certamente, o termo surgiu por carência. Mas, significando a unidade de substância entre três unidades distintas, ele convida a pensar o mesmo e o diferente num só movimento: (1) as relações sociais, embora distintas, possuem propriedades comuns – donde o empréstimo do conceito marxista de relação social, com seu conteúdo dialético e materialista, para pensar sexo e raça; (2) as relações sociais, embora distintas, não podem ser entendidas separadamente, sob pena de reificá-las. (Kergoat, 2018, p. 148).

Deste modo, Kergoat (2018) sintetiza sua crítica à perspectiva da interseccionalidade por esta tratar os fenômenos de uma única substância de forma mecânica, enquanto fenômenos separados e geometricamente imbricados. A autora enfatiza ainda os perigos da extrema categorização das relações sociais dissociada das relações que as constituem e as determinam: “[...] a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais” (Kergoat, 2010, p. 98). Em outras palavras, a crítica à interseccionalidade tem como pilar central o enrijecimento em categorias



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como sexo e “raça” e a sua redução ao âmbito das ideologias, desconsiderando, portanto, sua construção sócio-histórica, política e econômica.

Partindo destas redefinições, nós podemos considerar as relações sociais em condições de igualdade e a sua consubstancialidade. Tornando-as irreduzíveis umas às outras, elas são também comparáveis entre elas. Cada uma constitui, ao mesmo tempo, uma relação de dominação simbólica, de opressão física e de exploração material (Dunezat, 2014) que, sobre suas próprias bases ideais e materiais, contribui para configurar as outras. Assim, é possível compreender as conexões entre elas não mais como relações hierárquicas e de sobredeterminação, mas como ligações recíprocas de coconstrução. As relações sociais se reorganizam e se recompõem mutuamente (Kergoat, 2018, p. 157)

Em consonância com a perspectiva teórica da consubstancialidade das relações sociais de Kergoat (2018), a autora brasileira Saffioti (2015) interpela a imbricação das relações de sexo, “raça” e classe a partir da ideia do novelo patriarcado-racismo-capitalismo. Por meio de um resgate histórico da gênese dessas relações, Saffioti (2015, p.122) demonstra como “as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado”, isto é, um fenômeno determinado pelas relações de gênero anteriores desde o seu surgimento; assim como explicita que as relações de gênero e raça/etnia (anteriores ao capitalismo) assumem novas configurações a partir do advento das classes sociais.

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes [...]. Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória [...] (Saffioti, 2015, p.133).

Portanto, diferentemente daquela concepção que tende a somar ou sobrepor pragmaticamente essas relações, o nó de Saffioti (2015) defende que o entrelaçamento das relações de sexo, “raça” e classe confere às estas uma dinâmica especial, característica do nó, enquanto uma unidade dialética determinada por uma estrutura de poder que atua na totalidade das relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a discussão proposta neste artigo, é principalmente essa dinâmica de ampliação do neoliberalismo e do conservadorismo reacionário que contribuiu para a intensificação da violência, da subordinação das mulheres à esfera doméstica e à relação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

heterossexual no Brasil. Essa realidade não é nova no país, mas avança na última década e ganha contornos particulares com a eleição de Jair Bolsonaro, a partir da mobilização ideológica de pautas de extrema-direita que refletiu na materialização da dominação das mulheres. Por isso este trabalho buscou relacionar os índices de trabalho doméstico e violência doméstica desses quatro anos de governo Bolsonaro com a ampliação dessa dominação.

Além disso, a perspectiva feminista utilizada também ganha centralidade: a consubstancialidade das relações sociais de sexo, “raça” e classe incorpora um caráter crítico e radical à análise das expressões de dominação das mulheres, na medida em que permite o enfrentamento ao sistema heteropatriarcal-racista-capitalista. A complexidade desse sistema requer uma prática política alicerçada em teorias feministas capazes de desvelar e dar visibilidade às relações de dominação, exploração e opressão que atingem as mulheres, sobretudo as mulheres negras, mediante a dinâmica da sociedade de classes.

Por fim, esta perspectiva feminista materialista permite não só o enfrentamento às ideologias essencialistas/naturalistas dominantes, mas também a crítica às abordagens feministas que não alcançam as raízes da dominação das mulheres ou não consideram sua construção sócio-histórica, política e econômica. Não coincidentemente, o recurso à análise de consubstancialidade e coextensividade das relações sociais vem se mostrando mais que pertinente diante do aprofundamento dessa dominação, alavancada atualmente pelas ofensivas neoliberais e conservadoras.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 14, 2020. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/61>. Acesso em: 23 jul. 2024.

_____. 2021. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 15, 2021. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/60>. Acesso em: 23 jul. 2024.

_____. 2022. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 16, 2022. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/58>. Acesso em: 23 jul. 2024.

_____. 2023. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/57>. Acesso em: 23 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BEHRING, Elaine Rossetti. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.128, p. 85- 103, jan./abr. 2017.

CISNE, Mirla, SANTOS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COSTA, Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Org.). **O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. São Paulo: n. 10, 2002.

DEPLHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1986.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./jun. – jul./dez. 2008.

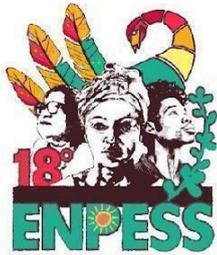
FERREIRA, Verônica. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, 2017. Disponível em <https://www.ufpe.br/documents/40086/1906110/TESE+--+Ver%C3%B4nica+Maria+Ferreira.pdf/dc08b4a2-9b55-4241-91a1-e8d1a6b4f159>. Acesso em 12 jul. 2024.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: (...)**. Recife: SOS Corpo, 2014.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo, São Paulo, 2014.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, CEBRAP, v. 86, p. 93-103, mar. 2010 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNXsrszcVLQGfHFf85kk/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. Consubstancialidade *versus* interseccionalidade? A propósito da imbricação das relações sociais. **Lutar, dizem elas...** Recife: SOS Corpo, 2018.

MATHIEU, Nicole-Claude. Identidade sexual/sexuada/de sexo? Três modos de conceitualização da relação entre sexo e gênero. *In: O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: (...)*. Recife: SOS Corpo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. *In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e Política*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, Leidiane. Patriarcado, conservadorismo contemporâneo e os desafios para as mulheres no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**: 22(2), 845-862. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321158845012>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

YAMAN, Melda. Origin of Engels The Origin: A Reappraisal in the Light of The Ethnological Notebooks of Marx. **Marxism & Sciences**. 1 (1). 99–130. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.56063/MS.2201.01106>. Acesso em: 22 jul. 2024.